



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA N.º 056/13 – JM, DE 10 DE SETEMBRO DE 2013

Torna obrigatória a expedição de guias de encaminhamento, de receitas médicas e odontológicas, em letra de imprensa (Forma), digitadas, datilografadas ou manuscritas.

A CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA aprova, e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º É obrigatório no âmbito do Município de Formosa, a expedição de guias de encaminhamentos, de receitas médicas e odontológicas, em letra de imprensa (forma), digitadas, datilografadas ou manuscritas, emitidas por médicos e dentistas particulares ou da rede pública Municipal de Saúde.

Parágrafo Único. Fica obrigatória na expedição de receitas médicas e odontológicas, de acordo com o disposto no *caput* deste artigo, a indicação do nome do medicamento genérico ao receitado.

Art. 2º O descumprimento desta lei, implicará na imposição de multa no montante de R\$ 50,00 para cada infração, corrigida pelo IPCA – Índice de Preço ao Consumidor - sendo duplicada em caso de reincidência.

Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Saúde será o órgão fiscalizador, onde as reclamações pelo não cumprimento da lei serão apresentadas, e o profissional emitente, sujeito ao que diz o *caput* deste artigo.

Art. 3º É obrigatório constar nas receitas informações de suma importância, tais como o nome da substância, a posologia, o princípio ativo, a dosagem e a forma de apresentação do medicamento (líquido, comprimido, supositório).

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE MOTA

Vereador



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Vereadores: o presente projeto de lei que submetemos a apreciação de Vossas Excelências tem como objetivo sanar as dificuldades encontradas diariamente por dezenas de cidadãos: A ilegibilidade das receitas médicas.

O receituário médico sempre foi uma das grandes preocupações no balcão das farmácias e motivos não faltam. Da preocupação com a saúde do cliente, aos problemas que uma venda errada pode ocasionar.

O Conselho Federal de Medicina considera a má-caligrafia antiética e um exemplo de má-prática médica (resolução nº 1246/88, artigo 39). A obrigatoriedade de letra legível em receituários médicos no Brasil é antiga. Em 1932, o Decreto 20.931, que regulamentou a profissão de médico, já trazia em seu artigo 15 a determinação de escrever as receitas por extenso e de maneira legível. Em 1973, a Lei 5.991, dispunha sobre o controle sanitário de insumos farmacêuticos, reforçando a obrigatoriedade da letra legível em seu artigo 35: "somente será aviada a receita que estiver escrita por extenso e de modo legível".

Diante do exposto, é hora de disciplinarmos, em especial e também em Formosa, o procedimento de escrita das receitas médicas que deverão ser digitadas, ou datilografadas. Desta forma estaremos oferecendo, e também os médicos, maior atenção e cuidados aos nossos pacientes.

Portanto, contamos com os nobres edis para com a aprovação deste projeto que beneficiará todo o povo.